

TURISMO COMUNITÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA TERRITORIAL NA COMUNIDADE DO CUMBE, CEARÁ, BRASIL

COMMUNITY TOURISM AS A TERRITORIAL RESISTANCE STRATEGY IN THE COMMUNITY OF CUMBE, CEARÁ, BRAZIL

Anderlany Aragão dos Santos*

Doris Aleida Villamizar Sayago**

Francisca de Souza Miller***

Anastasiya Golets****

Introdução

O turismo de base comunitária (TBC) é uma atividade cuja principal característica é a concentração da gestão nas comunidades receptoras. O controle da gestão permite às comunidades adaptar o turismo à realidade local, possibilitando que a prática turística seja gerida de modo a atender às demandas e necessidades locais. O TBC surge como um contraponto ao turismo de massa, portan-

to as demandas que pautam a construção do turismo comunitário são voltadas, via de regra, à prevenção e à coibição dos impactos negativos associados a esse modelo turístico – tais como pressões fundiárias e ambientais (SALES; SALLES, 2010).

Entretanto, as pressões fundiárias e ambientais não são aspectos exclusivos do turismo de massa, são também resultados da instalação de grandes empreendimentos. O fim do século XX e início do século XXI no

*Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. E-mail: lanyaragao5@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9489-6383>.

** Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9146-1974>.

***Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil. E-mail: millerfrancisca76@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1427-2723>.

**** Universidade de Brasília (UnB). Brasília, DF, Brasil. E-mail: anastasiya.golets@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7280-7220>.



Brasil é marcado pela instalação de empreendimentos voltados à produção agrícola, minerária, energética, e também pela construção de corredores logísticos que abriram áreas inexploradas ou pouco exploradas pelo mercado (LITTLE, 2002; SAUER; BORRAS JUNIOR, 2018). Em alguns casos, as comunidades que enfrentaram as pressões fundiárias e ambientais resultantes da instalação dos empreendimentos e do turismo de massa consentiram ou efetivaram um acordo mútuo. Entretanto, a principal resposta das comunidades atingidas foi a resistência (LITTLE, 2002). Logo, o fortalecimento dos movimentos de resistência às pressões fundiárias dos grandes empreendimentos e do turismo de massa se tornou uma necessidade dessas comunidades.

Visto que o TBC é construído de modo a atender às necessidades comunitárias, a pergunta que orienta este artigo é: como o turismo de base comunitária pode fortalecer os movimentos de resistência territorial? Para responder ao questionamento, a próxima seção trata dos conceitos e aspectos teóricos relevantes para o trabalho, como turismo de massa, turismo adaptado e turismo de base comunitária. A seção é seguida pela caracterização da comunidade investigada, o Cumbe, uma comunidade tradicional quilombola e pesqueira situada no Nordeste brasileiro, que enfrenta pressões fundiárias com empreendimentos produtores de camarão e de energia eólica. Por fim, a seção “Procedimentos metodológicos” aponta as formas de levantamento e tratamento dos dados, base dos resultados apresentados neste artigo.

Aspectos teóricos

A chegada do turismo em massa, em territórios ocupados por povos tradicionais, pode trazer uma série de impactos negativos, como a desterritorialização da comunidade residente (CORIOLANO, 2006), especulação fundiária (SOUZA NETO; CORIOLANO, 2010), desmatamento (SILVA; OLIVEIRA, 2012), poluição hídrica, sonora, atmosférica (FANDÉ; PEREIRA, 2014), danos a monumentos históricos (GRIMM; SAMPAIO, 2011), impactos à diversidade econômica (ARAÚJO, 2001) e relações antiéticas entre a comunidade residente e os turistas (BARRETTO, 2004).

Os processos de desterritorialização e segregação espacial ocorrem devido à construção de “bolhas turísticas”¹ (COELHO, 2004), ou seja, de locais que reúnem empreendimentos de acomodação, de alimentação, patrimônios culturais e ambientais interessantes à prática turística; que passam a ser pressionados pela especulação imobiliária; e que expulsam a comunidade residente para locais menos valorizados pelo turismo, ou seja, para as periferias das “bolhas turísticas” (SOUZA NETO; CORIOLANO, 2010).

A instalação e a operação dos empreendimentos ligados à cadeia turística, em especial os de acomodação e de alimentação, geram poluição atmosférica, visual, sonora e de corpos hídricos, além do desmatamento e danos a sítios arqueológicos e monumentos históricos (FANDÉ; PEREIRA, 2014). A socialização restrita àqueles que possuem condições financeiras para usufruir das comodidades oferecidas nessas “bolhas”, impede uma parte da comunidade de acessar e

1. Regiões que reúnem interesses ambientais, equipamentos e serviços voltados ao atendimento turístico.

utilizar essas áreas (BARRETTO, 2004). Assim, a convivência entre turistas e a comunidade residente é marcada pela transitoriedade e desinteresse em conhecer o outro, o que pode propiciar a construção de relações marcadas pela “[...] exploração, o engano, a hostilidade e a desonestidade” (COHEN, 1984, p. 379).

Ademais, mais um impacto negativo do turismo de massa consiste na criação de uma “monocultura turística”, ou seja, uma desestruturação da diversidade econômica das comunidades visitadas. Isso resulta em uma excessiva suscetibilidade da comunidade às eventuais crises e sazonalidades do segmento turístico (ARAÚJO, 2001).

Diante disso, surgiu uma vertente turística que se propõe a coibir e prevenir os impactos negativos do turismo de massa: o turismo de base comunitária (CORIOLANO, 2007). O TBC é organizado coletivamente dentro de arranjos produtivos alternativos, informais e solidários, construídos dentro de pequenas comunidades que buscam se inserir em um eixo de turismo não oligopolizado e de base local (REZENDE, 2009).

O ponto de partida da construção desse arranjo turístico é o princípio das necessidades sentidas, ou seja, o TBC busca a adaptação da atividade turística à realidade e às necessidades da localidade receptora (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2014). Assim, no TBC, a atividade turística é uma forma de atender às necessidades individuais e coletivas das comunidades que compõem a iniciativa. Entre as necessidades individuais, destacam-se o fim da exploração do trabalho, aumento de renda proveniente do turismo e melhor distribuição

dos resultados do trabalho social (GRIMM & SAMPAIO, 2011). Com relação às necessidades coletivas, promove-se o reconhecimento e a preservação da identidade local, conservação ambiental e valorização cultural (BARTHOLO, SAN SOLO & BURSZTYN, 2009). Portanto, o objetivo principal do TBC é prevenir os impactos negativos do turismo de massa.

A adaptação do turismo à localidade, ou seja, a construção de um turismo adaptado (KRIPPENDORF, 2003), demanda atendimento a outros princípios. São princípios do turismo adaptado: integridade dos aspectos ambientais e arqueológicos presentes nas atividades turísticas, diversidade econômica, construção de relações éticas entre visitantes e visitados, e valorização das características locais. Cada um desses princípios se contrapõe a um impacto associado ao turismo de massa.

Em oposição às relações desinteressadas e transitórias entre visitantes e visitados, o turismo adaptado visa à construção de relações éticas entre visitantes e visitados. Em contraponto às “bolhas turísticas” e aos impactos ambientais negativos decorrentes da construção de grandes empreendimentos voltados ao atendimento dos visitantes, o turismo adaptado valoriza o caráter local e objetiva a integridade ambiental e arqueológica da localidade. O cultivo das características locais, tais como as formas de acomodação e de alimentação, previne a formação de “bolhas” e, conseqüentemente, a desterritorialização da comunidade receptora. Por fim, diferente à “monocultura turística”, o turismo adaptado incentiva a diversidade econômica do local (Quadro 1).

Quadro 1 – Princípios do turismo adaptado

Impactos do turismo de massa	Princípio do turismo adaptado
Impactos ambientais e arqueológicos decorrentes da construção de empreendimentos turísticos	Integridade ambiental e arqueológica da localidade visitada
Monocultura turística	Incentivo à diversidade econômica
Relações transitórias e desinteressadas entre visitantes e visitados	Construção de relações éticas entre visitantes e visitados
Construção de “bolhas turísticas”	Valorização das características locais
Desterritorialização	Prevenção de bolhas turísticas

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em KRIPPENDORF (2003).

Os princípios do turismo adaptado objetivam coibir e prevenir impactos negativos associados ao turismo de massa. Portanto, as iniciativas de TBC emergem, via de regra, em regiões visadas pelo turismo de massa e têm atuado no sentido de fortalecer movimentos de resistência territorial em áreas que sofrem com a especulação territorial, traduzida na formação de “bolhas turísticas” (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009). A título de exemplo, mencionemos o caso da comunidade pesqueira Prainha do Canto Verde, situada no litoral do estado do Ceará, Nordeste brasileiro. A comunidade, que estava em conflito com agentes imobiliários interessados no uso turístico do lugar, organizou coletivamente o TBC e assumiu o protagonismo no desenvolvimento da atividade turística.

Uma das ações da comunidade no âmbito do TBC foi o comprometimento de não vender os imóveis para veranistas e empreendedores, o que contribuiu para evitar a desterritorialização. As casas dos pescado-

res foram adaptadas para receber turistas, o que permitiu evitar edificações de grandes empreendimentos de acomodação e alimentação. Essa ação preveniu impactos ambientais e sociais negativos associados à construção dessas estruturas e, portanto, colaborou com a conservação socioambiental da região. Além disso, o TBC dinamizou a economia local e valorizou o modo de vida tradicional (COELHO; CAETANO; SANTOS, 2016). Outros trabalhos relatam iniciativas semelhantes, nos quais as comunidades, via de regra rurais, organizaram iniciativas de turismo alternativo como forma de resistir e permanecer no território tradicional ameaçado pelos impactos do turismo de massa (BARTHOLO, SANSOLO; BURSZTYN, 2009; LIMA, 2003).

No entanto, povos tradicionais enfrentam outras pressões territoriais além do turismo. Nos anos 1980, com o fortalecimento da ideologia neoliberal, os territórios ocupados por essas comunidades foram incorporados à economia mundial a partir da instalação de grandes empreendimentos,

que têm sua produção voltada ao mercado externo (LITTLE, 2002). A instalação e operação desses empreendimentos agravaram as pressões sobre seus territórios, resultando na desterritorialização das comunidades residentes a partir dos impactos negativos sobre a disponibilidade, acesso e uso dos recursos naturais – como a terra e a água (ACSELRAD, 2010; LITTLE, 2002).

O número e a intensidade de conflitos nas comunidades tradicionais aumentaram a partir dos anos 2000, com a “corrida mundial por terras” (SASSEN, 2016; SAUER; CASTRO, 2017). No Brasil, a expansão de fronteiras decorrentes dessa “corrida” foi voltada à produção de energias alternativas e de *commodities* rurais e metálicas – principalmente a soja e minério de ferro (SAUER; BORRAS, 2018). Assim, as ameaças aos povos tradicionais foram intensificadas pela instalação e operação de empreendimentos energéticos, agrícolas e mineradores.

Diante desse cenário, povos tradicionais promoveram uma onda de territorializações, isto é, um número significativo de movimentos de resistência e defesa territorial. Esse processo foi acompanhado pela emergência de TBC nos territórios em conflito (LITTLE, 2002; MALDONADO, 2009; REZENDE, 2009; RUIZ-BALLESTROS, 2011). Assim sendo, as iniciativas de turismo de base comunitária emergem em regiões que não necessariamente enfrentam um conflito territorial associado ao turismo de massa. Isto é, a principal necessidade a ser atendida pelo princípio das necessidades sentidas do TBC não está associada somente à prevenção dos impactos negativos do turismo de massa, mas também ao fortalecimento dos movimentos de resistência territorial. Este é o caso da Comunidade Tradicional Quilombola do Cumbe, objeto de pesquisa deste artigo.

Comunidade tradicional quilombola e pesqueira do Cumbe

A Comunidade Tradicional Quilombola do Cumbe está localizada no litoral do Nordeste brasileiro, a 257 km de Fortaleza – capital do estado do Ceará. A comunidade fica situada próxima ao Rio Jaguaribe e à praia, abrangendo ecozonas de manguezal e de dunas (PINTO et al., 2014). Nesses ambientes, são realizadas as principais atividades produtivas e de lazer da região. Como atividades produtivas tradicionais se destacam a pesca e a catação de mariscos e crustáceos. Referente às atividades de lazer, nas dunas são realizadas trilhas em sítios arqueológicos, banhos nas lagoas interdunares, e é a partir das dunas que pode ser acessada a praia do Cumbe. No manguezal, famílias se reúnem para realizar refeições e contar histórias da comunidade à beira do rio, em uma prática tradicional conhecida como “comer no mato” (NASCIMENTO, 2014).

A cerca de seis quilômetros do Cumbe está a Praia de Canoa Quebrada, um dos principais polos turísticos do estado do Ceará. Canoa Quebrada recebe cerca de 300 mil visitantes anualmente. Uma parte dos visitantes adquire, nas agências de turismo de Canoa Quebrada, pacotes de visitação ao Cumbe, o que gera determinado fluxo turístico na comunidade (SOUZA NETO, 2011). Embora a instalação dessa prática turística intensifique os processos desterritorializantes no Cumbe, o turismo não é o principal responsável pelo conflito territorial vigente na comunidade cumbense (SANTOS, 2018). A comunidade quilombola e pesqueira enfrenta um conflito territorial com empresas produtoras de *commodities* alimentícias (camarão), desde a década de 1990, e com usinas de energia eólica, instaladas na região nos anos 2000 (PINTO et al., 2014).

A carcinicultura resultou em conflito territorial por ter privado a comunidade de acesso a áreas do manguezal e ter gerado aos impactos negativos, da como poluição hídrica, desmatamento do manguezal e redução da biota dependente do manguezal para alimentação e reprodução. Na origem do conflito está a importância do manguezal como um ambiente imprescindível para a continuidade das atividades produtivas e de lazer tradicionais do Cumbe. A continuidade do “comer no mato”, da pesca e da catação de mariscos e crustáceos dependem diretamente da conservação dessa ecozona. Assim, a chegada da carcinicultura impactou negativamente o manguezal e, conseqüentemente, o modo de vida tradicional do Cumbe.

A instalação do empreendimento de produção de energia eólica na região em 2008 gerou mais um conflito territorial. Com o advento do empreendimento, a comunidade perdeu o acesso às áreas de dunas ocupadas pelos aerogeradores, os espaços simbólicos da comunidade sofreram impactos negativos. A privação do acesso às dunas provocou descontentamento dos moradores por impossibilitar a continuidade das práticas de lazer e da pesca nas lagoas interdunares, devido ao risco de eletrochoque pelos condutos elétricos dos aerogeradores (PINTO et al., 2014). Ademais, foram levantados relatos de pescadores sobre a dificuldade de acesso à praia, necessário para a continuidade da pesca marinha (NASCIMENTO, 2014). Essa dificuldade de acesso se deve à exigência de identificação e solicitação de permissão de entrada nas regiões de dunas aos moradores nas portarias das empresas de energia eólica (NASCIMENTO, 2014).

Além disso, as empresas dificultaram o acesso a um importante espaço simbólico – a Santa Cruz –, um monumento ergui-

do no século XIX em uma das dunas mais altas, e que se tornou um lugar de orações e promessas. A instalação dos aerogeradores também impactou negativamente os sítios arqueológicos da região, visto que foram destruídos alguns dos 70 sítios presentes nas dunas ao ser realizado o resgate e prospecção de peças em prazo insuficiente (PEREIRA, 2013). Portanto, a chegada das usinas eólicas no Cumbe, assim como da carcinicultura, gerou um impacto negativo sobre o modo de vida da comunidade ao dificultar a continuidade das práticas de lazer e de subsistência.

Ainda na década de 1990, frente ao conflito territorial resultante da chegada da carcinicultura, a comunidade se organizou politicamente em uma associação de moradores a fim de construir um movimento de resistência e defesa territorial. Mais tarde, com a intensificação do conflito devido à chegada da usina eólica, a Associação dos Pescadores/as, Artesão/ãs, Agricultores/as e Moradores/as do Cumbe/Aracati – CE reivindicou o reconhecimento formal da identidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares, a fim de garantir o direito à titulação e demarcação do território tradicional estabelecido pela Constituição Federal (NASCIMENTO, 2014). Com a certificação quilombola, em 2014, a associação passa a se chamar a Associação Quilombola do Cumbe (AQC). Embora tenha sido oficialmente reconhecida como comunidade quilombola, o processo de demarcação do território tradicional do Cumbe está paralisado desde 2016.

Nesse contexto, a AQC iniciou o desenvolvimento de turismo de base comunitária. O principal objetivo do TBC na comunidade é fortalecer o movimento de resistência territorial (QUILOMBO..., n.d.). Com isso, o princípio das necessidades sentidas que rege

o TBC transcende a prevenção dos impactos do turismo de massa. A necessidade de ser atendida pelo turismo de base comunitária no Cumbe é o fortalecimento dos movimentos de resistência e defesa territorial.

Conforme mencionado anteriormente, uma das prerrogativas do TBC é a adaptação do turismo à localidade. A adaptação atende a alguns princípios: integridade dos aspectos ambientais e arqueológicos presentes nas atividades turísticas, diversidade econômica, construção de relações éticas entre visitantes e visitados, e valorização das características locais. Assim, analisamos como cada um desses princípios contribui para o atendimento da necessidade da comunidade do Cumbe: o fortalecimento do movimento de defesa territorial.

Nossa análise foi centrada em um evento construído pela AQC para promover o TBC: a Festa do Mangue. A Festa foi a ocasião escolhida para o presente estudo, por ser o período onde são recebidos mais visitantes na localidade, e por reunir na programação todas as atividades e os atrativos turísticos oferecidos nos pacotes de visitação avulsos que são vendidos no decorrer do ano. A Festa ocorre anualmente, é organizada coletivamente pelos moradores (associados ou não à AQC) e conta com a presença de centenas de visitantes, atraídos pela programação com duração de aproximadamente quatro dias.

Nesses quatro dias são promovidas atividades relacionadas ao modo de vida local, como oficinas de mariscagem, pesca, competição de captura de caranguejos, visitação ao manguezal, ao Rio Jaguaribe e aos sítios arqueológicos. Além disso, há rodas de conversa, oferta de comidas típicas da região, rituais, apresentações de danças e dos fantoches – os Calungas do Cumbe –, que contam histórias da comunidade.

Procedimentos metodológicos

Levantamento e tratamento de dados

O levantamento de dados foi realizado por meio de trabalhos de campo no ano de 2016, quando a Festa do Mangue estava em sua terceira edição. Na ocasião, levantamos aspectos relacionados aos princípios do turismo adaptado, a fim de analisar como esses princípios estavam sendo aplicados no TBC desenvolvido no Cumbe. A partir de observação participante e de entrevistas com os organizadores e os visitantes, analisamos a integridade dos aspectos ambientais e arqueológicos, a partir da destinação de resíduos sólidos gerados na Festa, da sobreexploração dos recursos naturais dentro das práticas turísticas, e dos possíveis impactos negativos resultantes da visitação aos sítios arqueológicos e à Santa Cruz.

O incentivo à diversidade econômica foi analisado a partir da inclusão e valorização das atividades produtivas na programação da festa e da presença e participação de pescadores, marisqueiras e catadores de crustáceos nos espaços onde acontecem as atividades. A construção de relações éticas entre a comunidade residente e os turistas foi analisada a partir dos espaços destinados à interação entre a comunidade e os visitantes (como rodas de conversa), do conhecimento, e das contribuições dos visitantes para a comunidade e do conflito territorial.

Também foi levantada a percepção dos visitantes sobre a importância da continuidade do modo de vida tradicional e sobre os ambientes visitados durante a festa. A valorização do caráter local foi analisada a partir da inclusão das atividades tradicionais de subsistência e lazer na programação da festa, e do levantamento das estruturas de acomodação e alimentação – ponto que contribuiu com a análise do último princí-

pio do turismo adaptado: prevenção às bo-
lhas turísticas.

As entrevistas com os organizadores fo-
ram realizadas antes e depois da Festa do
Mangue. Os tópicos estavam relacionados à
percepção dos organizadores dos aspectos
supracitados e às contribuições da festa pa-
ra o fortalecimento dos movimentos de res-
istência e defesa territorial no Cumbe. Ade-
mais, foram consideradas as preocupações
com a sustentabilidade ambiental da ati-
vidade turística, a complementaridade en-
tre as atividades tradicionais e turísticas e a
percepção das contribuições dos visitantes
para a comunidade.

A consulta aos visitantes foi realizada
por meio de um formulário disponibiliza-
do na Internet. Para se inscrever na Festa,
os visitantes tinham de acessar uma plata-
forma online, o Google Formulários, onde
deixavam algumas informações de conta-
to. Assim, solicitamos aos organizadores os
e-mails dos participantes que acessaram a
plataforma, a fim de aplicar um questioná-
rio aos inscritos, na terceira e quarta edições
da Festa, por meio da mesma plataforma.

As questões foram baseadas nas “regras
e conselhos para viajar respeitando o próxi-
mo”, desenvolvidas por Krippendorf (2003,
p. 167)². Os participantes foram pergunta-
dos acerca de suas respectivas contribuições
com a Festa e com a comunidade, e comen-
taram sobre seus conhecimentos dos hábi-
tos e costumes da comunidade. As questões
também demandavam que o visitante des-
crevesse algumas experiências vivenciadas
na Festa, com destaque para suas percep-
ções sobre a importância dos ambientes vi-

sitados e atividades desenvolvidas, eventu-
ais dificuldades de acesso a alguns espaços,
e conflitos territoriais no Cumbe.

Todos os dados obtidos foram interpre-
tados por Análise de Conteúdo (BARDIN,
2011). Para isso, as respostas das entrevistas
e questionários foram separadas em qua-
dros temáticos. Foram, assim, criados qua-
tro quadros: 1) valorização da identidade e
da cultura local na prática turística; 2) sus-
tentabilidade ambiental da atividade turís-
tica; 3) estabelecimento de relações éticas
entre visitantes e visitados; e 4) diversida-
de econômica.

Resultados

O ponto de partida na construção do
TBC é a adaptação da atividade turística às
necessidades da comunidade receptora, isto
é, o atendimento ao princípio das necessi-
dades sentidas. Conforme mencionado ante-
riormente, no Cumbe, o TBC surgiu a partir
da necessidade de fortalecimento dos movi-
mentos de resistência territorial. A Festa do
Mangue, portanto, busca atender a essa ex-
pectativa ao promover visibilidade ao turis-
mo na região: “O objetivo da Festa é dar es-
sa visibilidade e o potencial turístico que a
comunidade tem [...]. As Festas do Mangue
funcionam como uma forma de promover o
turismo, identificar nossa luta, nosso terri-
tório e nosso modo de vida” (Organizadora
da Festa do Mangue em entrevista cedida às
autoras em setembro de 2016).

A adaptação do TBC às necessidades lo-
cais, ou seja, a construção de um turismo
adaptado, conta com o atendimento aos

2. As “regras e conselhos para viajar respeitando o próximo” são colocadas por Krippendorf a partir do es-
tabelecimento de elementos contrastivos: compreender *versus* apossar-se; olhar *versus* pegar; alcançar
versus conquistar; respeitar *versus* desrespeitar; ir ao encontro *versus* ir contra; provar *versus* reprovar; rir
versus repreender; escutar *versus* ouvir; perguntar *versus* responder; procurar *versus* achar.

princípios da diversidade econômica, da valorização de características locais, da sustentabilidade ambiental e da construção de relações éticas entre os turistas e a comunidade visitada. Assim, analisamos como cada um desses princípios é aplicado na Festa do Mangue. Posteriormente, analisamos como colaboram com o fortalecimento dos movimentos de resistência e defesa territorial do Cumbe.

1. Diversidade econômica

A monocultura turística pode resultar da substituição voluntária das atividades produtivas tradicionais pelas atividades diretamente ligadas ao atendimento dos visitantes ou dificuldade de continuidade das atividades tradicionais devido aos impactos ambientais negativos associados ao turismo de massa (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2014; KRIPPENDORF, 2003).

A substituição voluntária ocorre em virtude da desvalorização das atividades produtivas tradicionais, podendo ser evitada por meio de combinação de atividades tradicionais e turísticas. Nesse sentido, observamos na programação da Festa a existência de atividades que promovem a participação dos pescadores, marisqueiras e catadores de caranguejos, e de suas respectivas práticas.

Com relação à catação de crustáceos, a atividade é representada pelas competições de captura de caranguejos-uçá, seguidas pela premiação dos mestres do mangue do Cumbe. A premiação é, segundo os organizadores, uma forma de prestigiar os catadores e demonstrar aos visitantes a importância dessa atividade para a comunidade. As capturas duram, em média, trinta minutos. Enquanto os mestres do mangue catam caranguejos no manguezal, os visitantes acompanham a competição sen-

do conduzidos por um guia da comunidade que traz informações sobre essa ecozona, de acordo com suas categoriasêmicas, elaboradas a partir do conhecimento tradicional. Os guias apresentam aos visitantes o mangue-ratinho (*Conocarpus erectus*), o mangue-manso (*Laguncularia racemosa*) e o mangue-sapateiro (*Rhizophora mangle*) (PINTO, 2009), com suas respectivas características e usos.

Quanto à pesca e à mariscagem, são atividades representadas nas oficinas ministradas por pescadores e marisqueiras. Na ocasião, os visitantes são levados aos ambientes onde ocorrem essas práticas, a fim de observar e vivenciar o cotidiano dos pescadores e marisqueiras da região. A partir destes momentos de interação e trocas de saberes, percebemos que as atitudes pedantes, regularmente observadas no turismo de massa (KRIPPENDORF, 2003), dão lugar a uma atitude de compreensão e abertura dos visitantes aos saberes vinculados às práticas produtivas:

Particpei de uma oficina de mariscagem, na qual percebi quão forte é a relação daquelas mulheres e homens com o ecossistema de manguezal, percebi também que eles entendem profundamente a dinâmica do mangue, ao seu modo (Participante da Festa do Mangue em questionário online realizado em outubro de 2017).

Portanto, ao serem incluídas na programação da Festa, essas práticas produtivas, bem como o conhecimento tradicional das marisqueiras, dos pescadores e dos catadores, são valorizadas e reconhecidas. Assim, ao contrário de desestabilizar as práticas tradicionais, o turismo atua como um instrumento de valorização e reconhecimento dessas atividades, além de atestar a impor-

tância da manutenção dos ambientes onde elas acontecem.

No entanto, a monocultura do turismo não é resultante somente da desvalorização das práticas tradicionais, mas pode também ser decorrente da especulação imobiliária para instalação de infraestrutura turística. Para que sejam construídas as estruturas de alimentação e acomodação, as áreas usadas para realização dessas práticas passam a ser ocupadas por *resorts*, hotéis, casas de veraneio ou restaurantes (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2014). Os organizadores da Festa assim se manifestam sobre esse problema:

Não queremos aquele turismo que especula, compra nosso território, faz grandes estruturas, e começa a vir o pessoal de fora e faz um turismo que vá degradar nosso território [...]. O turismo comunitário não é aquele que o turista vem para se hospedar no hotel cinco estrelas. Ele vem conviver com as pessoas da comunidade, vem para acampar ou vem para um quarto simples das nossas casas. Isso é muito valioso, isso porque eles vêm de acordo com o nosso modo de vida e de acolhimento (Organizadora da Festa do Mangue, em entrevista cedida às autoras em setembro de 2016).

O TBC construído no Cumbe busca, portanto, exaltar a simplicidade e se contrapõe ao “caráter luxo” (KRIPPENDORF, 2003) do turismo de massa. Assim, a infraestrutura de atendimento aos visitantes não contrasta com o modo de vida da comunidade, possibilitando a valorização das características locais dentro das estruturas de acomodação e alimentação. Dado que a valorização das particularidades locais é um outro princípio do turismo adaptado, analisamos na seguinte seção a aplicação desse princípio na comunidade investigada.

2. Valorização das características locais

A fim de evitar os impactos decorrentes da hospedagem, a comunidade do Cumbe adotou o que é classificado como *bed and breakfast*. Essa modalidade de hospedagem domiciliar é caracterizada pela sua tradução literal: o hóspede, mediante pagamento, acomoda-se em residências privadas habitadas e dispõe de um lugar para dormir e de café da manhã (PIMENTEL, 2009).

Quanto à alimentação, são realizadas refeições coletivas preparadas na sede da AQC. Além das refeições na sede, na Festa também acontece o “comer no mato” – uma antiga prática na qual as famílias se reúnem em pontos do manguezal para realização de refeições intercaladas a banhos de rio e contação de histórias do Cumbe. Na Festa do Mangue, o “comer no mato” ocorre posteriormente às oficinas, utilizando-se os peixes e mariscos extraídos em tais atividades, bem como frutos e outros alimentos trazidos pelos organizadores e pelos visitantes.

Também merece destaque a visitação às dunas, planejada de acordo com os acessos autorizados pela usina eólica. A inclusão de trilhas nas dunas, na programação da Festa, com idas aos sítios arqueológicos, evidencia a valorização do patrimônio cultural material e a efetiva participação da comunidade local na fruição desse tal patrimônio. Destaca-se, ainda, que a Santa Cruz não é visitada devido à privação de acesso pelos empreendimentos, mas é o aumento da demanda de visitação que fortalece os esforços para democratização do acesso a esse lugar considerado sagrado na região.

Além da infraestrutura e da valorização do patrimônio material do Cumbe, a Festa contribui para a valorização do patrimônio cultural imaterial a partir da aplicação do conhecimento tradicional em algumas ati-

vidades. É o caso das oficinas de pesca e mariscagem e da premiação dos mestres do mangue, que demonstram os conhecimentos dos mestres na captura de caranguejos, conhecimentos do guia ao apresentar as categorias êmicas da comunidade referentes ao ecossistema do manguezal, bem como conhecimentos dos pescadores e marisqueiras passados nas oficinas.

3. Sustentabilidade ambiental da atividade turística

A preocupação dos organizadores da Festa com a sustentabilidade se traduz na promoção de atividades que não impactem negativamente o manguezal e as dunas, a partir da escolha de técnicas adequadas, de estratégias de prevenção e redução de resíduos sólidos nos locais das atividades, e de rodas de conversa sobre a importância de preservação das ecozonas.

No que tange às técnicas, na competição dos mestres do mangue, por exemplo, o tempo é restrito a 30 minutos de captura, assim como o número de participantes é reduzido a fim de evitar a sobrexploração do caranguejo-uçá. A técnica escolhida pelos mestres do mangue é o “braceamento” que, segundo Legat et al. (2005), não é considerada predatória. Há seletividade na escolha de caranguejos, e a taxa de sobrevivência é alta, pois a técnica não causa ferimentos nas espécies capturadas. O “braceamento” consiste na extração manual por meio de imersão completa do braço dentro da toca do caranguejo, o que permite ao catador segurar o crustáceo pela parte dorsal da carapaça, pressionando as quelíceras de modo a imobilizá-las ao puxar o caranguejo para fora da toca.

Nas oficinas, parte do que é consumido nas refeições coletivas que vêm em seguida, é extraída do mangue e do rio pelos ofici-

nistas e visitantes. No entanto, a quantidade de extração de recursos é limitada pelos oficinistas e, via de regra, não contempla o número de visitantes, a fim de garantir que os recursos do rio e do manguezal não sejam sobrexplorados:

Participei da oficina de ostras e búzio, além de poder apreciar os sabores do mangue. Percebi os métodos que eles usam para extrair esses alimentos sem se machucar ou destruir. Só tiram o necessário e levam em conta os pontos que podem extrair (Participante da Festa do Mangue em questionário online realizado em outubro de 2017).

Assim, essas refeições são complementadas com itens adquiridos pela comissão organizadora da Festa com parte da arrecadação dos valores de inscrição. O caráter coletivo dessas refeições inclui também os alimentos compartilhados pelos visitantes.

Outra preocupação relacionada à sustentabilidade ambiental da Festa consiste no estilo de acomodação *bed and breakfast*, que evita a construção de grandes infraestruturas que poderiam vir a precarizar o ecossistema manguezal e interferir na movimentação natural das dunas. A organização do TBC também incentiva caronas solidárias, e uso de materiais não descartáveis nas atividades no mangue e nas dunas.

Uma questão ainda não considerada pelos organizadores é o limite máximo do número de visitantes. No entanto, a capacidade de carga turística é um aspecto a ser incluído no desenvolvimento do TBC na comunidade:

Hoje a gente realiza um trabalho que a gente vem aos poucos divulgando o trabalho de turismo comunitário, e não temos potencial ainda de receber mais pessoas. Quando nós

tivermos preparados, equipados...Nós vamos receber vários visitantes [...]. Hoje estão fazendo um curso de gerenciamento do museu pra gente colocar nossas ideias em prática. Então estão construindo o Museu e já envolvendo com o Turismo Comunitário (Organizadora da Festa do Mangue, em entrevista cedida às autoras em setembro de 2016).

O curso de gerenciamento do Museu foi elaborado por uma empresa de consultoria contratada pela empresa eólica, como forma de compensação dos danos aos sítios arqueológicos gerados pelo empreendimento. O Museu abrigará, portanto, as peças que foram retiradas dos sítios arqueológicos e será gerido pela comunidade. Para garantir a boa gestão, a AQC solicitou um curso de gerenciamento do Museu, que também abrange vários aspectos do TBC. Assim, nesse curso, os organizadores do TBC expõem suas demandas quanto ao turismo a ser promovido, dentre elas a construção de um site de divulgação da iniciativa e o cálculo da carga de suporte dos ambientes usados nas práticas turísticas. Com relação à divulgação do TBC, uma das preocupações dos organizadores é evidenciar a história e os movimentos de resistência da comunidade:

Nas nossas programações, a gente coloca que a Festa do Mangue é uma festa de resistência, que é pra identificar nossa luta, nosso território e nosso modo de vida. [...] A gente mostra na programação e eles vêm sabendo disso. Esse público que vem é muito satisfatório e queremos alcançar um público maior, pois eles vêm e deixam conhecimento, nos fortalece e com isso temos tendência a crescer (Organizadora da Festa do Mangue, em entrevista cedida às autoras em setembro de 2016).

Os organizadores perceberam, portanto, que ao se divulgar previamente o cenário da comunidade (como o conflito territorial com os empreendimentos e os movimentos de resistência dos moradores quilombolas), o público atraído para o TBC se predispõe a fortalecer essas causas, seja através da troca de conhecimentos, seja com a divulgação da existência do conflito em outros espaços: “Eles vêm pra contribuir... Só em eles *vim* e conhecer aqui, já leva com ele e chega lá, já conta o que viveu, o outro já vem... E isso já é uma contribuição” (Organizadora da Festa do Mangue, em entrevista cedida às autoras em setembro de 2016).

4. Relações éticas entre visitantes e visitados

O objetivo dos organizadores do TBC no Cumbe é atrair um público que apoie os movimentos de resistência territorial, “com um olhar de contribuição e não de tirar proveito” (Organizadora da Festa do Mangue, em entrevista cedida às autoras em setembro de 2016). Os responsáveis pela articulação da Festa e do TBC buscam, portanto, atuar de modo a promover relações que superem a transitoriedade colocada pelo turismo de massa, o qual, segundo Cohen (1984), viabiliza o engano e a exploração do outro.

Para isso, além da divulgação prévia do cenário vivido pela comunidade, as atividades realizadas nos espaços relacionados ao modo de vida tradicional (como o manguezal e as dunas) e a existência dos espaços políticos na Festa, fomentam a construção dessas relações. Com relação ao manguezal na programação, este permite aos visitantes conceber a importância dessa ecozona para a comunidade:

Participei da cata do caranguejo. Essa atividade, durante todo o evento, deixa clara

a associação entre aquele ambiente e a comunidade, seja através do sustento de muitas famílias, seja através de uma identidade construída com o mangue (Participante da Festa do Mangue, em questionário online realizado em outubro de 2017).

Enquanto às dunas, são realizadas trilhas que contam com a visitação de alguns sítios arqueológicos que não foram atingidos pelo empreendimento eólico. Ao subir as dunas, abre-se uma vista panorâmica para a comunidade, inclusive para o que os cumbenses chamam de “cercamento expulsivo”. Esse cercamento se refere à ocupação das regiões ao redor da vila pelos grandes empreendimentos:

Eles viveram e sentiram junto com a gente as experiências no nosso território. As pessoas veem o que a gente relata. Quando elas sobem nas dunas, veem os viveiros nos cercando, os parques eólicos... E a gente não tá só contando, eles estão vendo. O público que vem, sente e vivencia com a gente, assim dá uma ideia melhor do que a gente passa (Organizadora da Festa do Mangue, em entrevista cedida às autoras em setembro de 2016).

As vivências são complementadas pelas rodas de conversa programadas nas noites da Festa. As discussões nesses espaços abordam a importância e as dificuldades da continuidade do modo de vida tradicional, assim como os principais episódios das lutas territoriais e conquistas dos quilombolas. São enriquecidas com vídeos e fotos dos protestos e da comunidade antes da instalação dos empreendimentos. Os visitantes participam relatando experiências de outras comunidades e expondo suas percepções acerca da vivência no Cumbe, concebidas no decorrer da Festa. Ao observar a cons-

trução desses espaços e analisar as formas de contribuição relatadas nos questionários dos visitantes, percebe-se apoio às lutas dos quilombolas cumbenses:

Consegui levar mais pessoas para conhecer a resistência da comunidade quilombola do Cumbe e o amor que existe nela. Trouxe sorrisos, apoio, dancei côco, agradei, ouvi, entendendo que toda forma de participação fortalece o espírito da luta em cada um que está nessa construção (Participante da Festa do Mangue, em questionário online realizado em outubro de 2017).

As contribuições dos visitantes atingem, portanto, as expectativas dos organizadores. Além da valorização do modo de vida tradicional, trazem propostas para o fortalecimento do movimento de resistência, tais como projetos de petições, trabalhos científicos que possibilitam levar tais discussões à academia e projetos audiovisuais para maior alcance do público.

5. Como o TBC fortalece os movimentos de resistência territorial no Cumbe?

A diversidade econômica estimula a continuidade das práticas produtivas tradicionais por promover atividades combinadas. Assim, além de não ser necessário o abandono da pesca, catação de caranguejos ou mariscagem para atuar com atividades voltadas ao turismo, tais práticas são valorizadas e mantidas. A importância da manutenção e valorização está na relação dessas atividades com as ecozonas do Cumbe. Isto é, para que essas atividades continuem existindo, é necessário que o manguezal, o rio e as dunas sejam preservados e que a comunidade tenha livre acesso a esses espaços. A importância de manutenção das ecozonas também

se manifesta na sustentabilidade ambiental da prática turística e na valorização das características locais – tanto do patrimônio material (sítios arqueológicos situados nas dunas), quanto o imaterial (conhecimentos tradicionais associados ao manguezal).

Além disso, a visitação a alguns espaços faz oposição ao “vazio aparente” – uma condição que caracteriza áreas que são usadas excepcionalmente em datas ou estações específicas (DIEGUES, 2004). É o caso da Santa Cruz, um local considerado sagrado frequentado pela comunidade principalmente no Dia de Finados. O local pode ser acessado pelas dunas ou pelo manguezal, porém, ambos os acessos foram dificultados ou inviabilizados pela instalação de fazendas de carcinicultura e pela usina eólica. Como a demanda de visitação do local aumenta em uma data específica, os empreendimentos autorizam o acesso nessa ocasião.

No entanto, em entrevista, os moradores expressaram descontentamento com a dificuldade de acessar a Santa Cruz em outras datas. Assim, com o aumento da demanda de visitação ao lugar pelos turistas, são intensificadas as pressões pela restituição do livre acesso ao monumento. Devido à dificuldade de entrada, a Santa Cruz ainda não faz parte da programação da Festa ou do roteiro do TBC, o que, mais uma vez, evidencia aos visitantes um problema enfrentado pela comunidade.

Ainda, ao participar das demais atividades da Festa que destacam a relevância e a necessidade da manutenção das ecozonas para o modo de vida tradicional da comunidade, os visitantes percebem e compreendem a importância dos movimentos de resistência e de defesa do território tradicional. Com isso, torna-se viável a colaboração dos visitantes com os movimentos de resistência territorial, por meio de iniciativas tais como as já citadas: trabalhos cien-

tíficos, petições, projetos audiovisuais, etc.

Percebe-se que essas iniciativas são voltadas, principalmente, para o aumento da visibilidade do conflito territorial. A visibilidade auxilia no conflito, no sentido de atrair mais pessoas e coletivos que contribuem com essa causa, levando atividades que são realizadas junto à AQC, como protestos e mobilizações por meio de redes sociais.

A participação e interesse dos visitantes por esse tema acontece, sobretudo, devido à construção de relações éticas entre visitantes e visitados, visto que a construção de relações menos superficiais se contrapõe às relações marcadas por desinteresse mútuo em conhecer o outro e por reforços de estereótipos e preconceitos.

Considerações finais

A construção do turismo de base comunitária é uma forma de prevenir os impactos do turismo de massa e eventuais conflitos fundiários, provocados pela especulação imobiliária e pela construção de infraestrutura voltada ao atendimento dos visitantes. Assim, o TBC busca atender a princípios que possibilitam relacionar a prática turística à integridade dos aspectos ambientais e arqueológicos, à diversidade econômica, à construção de relações éticas entre visitantes e visitados e à valorização das características locais nas práticas turísticas.

No entanto, algumas comunidades se vêem envolvidas em disputas fundiárias, provocadas por fatores não necessariamente relacionados ao turismo de massa. É o caso da Comunidade Tradicional Quilombola do Cumbe, que enfrenta conflitos territoriais resultantes da instalação e operação de uma usina eólica e de fazendas de carcinicultura. Com a emergência do conflito territorial, surgiram movimentos de resistência e defe-

sa do território tradicional, assim como uma proposta de TBC como uma ferramenta de fortalecimento dos movimentos e de visibilidade do conflito existente na comunidade.

Analisamos a Festa do Mangue por ser um evento promovido para dar destaque à iniciativa turística e por reunir em sua programação todas as atividades turísticas planejadas para o TBC. A análise buscou compreender a construção desse tipo de turismo pela comunidade, a prevenção dos impactos associados ao turismo de massa e, principalmente, a contribuição do TBC para os movimentos de resistência e defesa do território tradicional.

Os resultados mostram que a inclusão e a valorização das práticas relacionadas ao modo de vida tradicional (como pesca, mariscagem, catação de crustáceos, visitação às ecozonas e aos lugares sagrados para a região) auxiliam na conscientização dos visitantes quanto à importância da continuidade das práticas e da permanência da comunidade nas terras que tradicionalmente ocupa. A conscientização é evidenciada nos espaços políticos da Festa, onde são expostas as ameaças ao modo de vida tradicional, a necessidade de dar visibilidade ao conflito e ao movimento de resistência, e também são discutidas as percepções dos visitantes sobre as vivências realizadas no Cumbe – eventualmente seguidas por propostas de auxílio ao movimento.

Ao fortalecer os movimentos de resistência de comunidades que estão em conflito territorial, o TBC transcende uma forma alternativa de turismo, construída para se contrapor ao turismo de massa, e se transforma em um instrumento político de comunidades que enfrentam pressões territoriais provenientes de diversos empreendimentos que, não necessariamente, estão ligados à atividade turística.

Referências

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- ARAÚJO, C. M. *Ética no turismo no Brasil: desenvolvimentos recentes*. 2001. 209 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Brasil: Edições 70, 2011.
- BARRETTO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004.
- BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- COELHO, C. N. Não-Lugares: uma leitura crítica sob a ótica do turismo. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2, 2004. Caxias do Sul-RS, Anais [...]. Caxias do Sul: UCS, 2004. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/13-nao-lugares.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- COELHO, S. D.; CAETANO, A.; SANTOS, J. O turismo comunitário e sua contribuição ao Desenvolvimento Sustentável da Prainha do Canto Verde, Beberibe – Ceará. *Revista Geográfica Acadêmica*, Boa Vista, RR, v. 10, n. 2, p. 116-128, 2016.
- COHEN, E. The sociology of tourism: approaches, issues and findings. *Annual Review of Sociology*, San Mateo-USA, v.10, p. 373-392, 1984.
- CORIOLO, L. N. Turismo : prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: Cromosete, 2006. p. 367-378.

- CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. Lazer e turismo: Novas centralidades da sociedade contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 3-22, 2014.
- CORIOLOANO, L. N. O turismo no nordeste brasileiro: dos resorts aos núcleos de economia solidária. *Scripta: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 9, n. 245, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24557.htm>. Acesso em: 11 de março de 2016.
- DIEGUES, A. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- FANDÉ, M. B.; PEREIRA, V. F. G. C. Impactos ambientais do turismo : um estudo sobre a percepção de moradores e turistas no Município de Paraty-RJ. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, Santa Maria-RS, v. 18, n. 3, p. 1170-1178, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/13864/pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2016.
- GRIMM, I.J.; SAMPAIO, C.A.C. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 57-68, 2011. Disponível em: https://www.rbciamb.com.br/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/362. Acesso em: 27 de abril de 2016.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2003.
- LEGAT, J. F. A. *et al.* Nt fishery status of *ucides cordatus* (linnaeus, 1763) (brachyura, ocypodidae) in the parnaíba delta region, Brazil. *Nauplius*, 2005. v. 13, n. 1, p. 65-70.
- LIMA, J. Turismo sustentável, alternativa de desenvolvimento local e conservação ambiental: uma análise interdisciplinar do PRODETUR/CE. 2003. 230 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.
- LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, p. 322, 1- 22, 2002.
- MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. *In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro. p. 25-44.
- NASCIMENTO, J. J. *Processos educativos: as lutas das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo Ambiental*. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, 2014.
- QUILOMBO do Cumbe/Aracati/CE, n.d. Disponível em: <https://www.quilombodocumbe.com/>. Data de acesso: 10 de maio de 2016.
- PEREIRA, X. P. *Valorização e preservação do patrimônio arqueológico na Comunidade do Cumbe – Aracati-CE*. 2013. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2013.
- PIMENTEL, A. B. Dádiva e hospitalidade no sistema de hospedagem domiciliar. *In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 216-239.
- PINTO, M. *et al.* Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território? *Gaia Scientia*, João Pessoa, Ed. especial: Populações Tradicionais, v. 8, p. 271-288, 2014. Disponível em: <https://silotips/download/quando-os-conflitos-socioambientais-caracterizam-um-territorio>. Acesso em: 13 de maio de 2016.
- PINTO, M. F. Aspectos etnobiológicos na Comunidade Sítio Cumbe às margens do estuário do Rio Jaguaribe – Aracati – CE. Monografia. (Bacharelado em Biologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- REZENDE, R. O. Comunidades e seus arranjos produtivos no turismo do estado do Ceará. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 101-107, 2009.

RUIZ-BALLESTEROS, E. Social-ecological resilience and community-based tourism: An approach from Agua Blanca, Ecuador. *Tourism Management*, v. 32, n. 3, p. 655-666, 2011.

SALES, G., SALLES, M. A dívida no turismo comunitário: constituição de vínculos sociais por colaboração solidária. *Revista Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 162-184, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/19629/12826>. Acesso em: 13 de maio de 2016.

SAUER, S.; BORRAS JR, S. 'Land grabbing' e 'Green grabbing': Uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23, p. 06-42, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/48413455/_Land_grabbing_e_Green_grabbing_Uma_leitura_da_corrida_na_produ%C3%A7%C3%A3o_acad%C3%AAmica_sobre_a_apropri%C3%A7%C3%A3o_global_de_terras. Acesso em: 9 de junho de 2016.

SAUER, S.; CASTRO, L. Lutas pela terra no Brasil: sujeitos, conquistas e direitos territoriais. *Abyba-Iyala: Revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas*, Brasília, v. 2, 2017.

SANTOS, A. A. Turismo e povos tradicionais: perspectivas territoriais na Comunidade Quilombola do Cumbe/CE. 2018. 84 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SASSEN, S. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SILVA, E; OLIVEIRA, O. Impactos socioambientais decorrentes da atividade turística em comunidades costeiras do RN. *Sociedade e Território*, Natal, v. 24, n. 1, p. 146-165, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3469/2782>. Acesso em: 9 de junho de 2016.

SOUZA NETO, G. F.; CORIOLANO, L. N. As políticas públicas de turismo e estado: a produção do espaço urbano em Aracati-ce. *In: ENCONTRO NA-*

CIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16, p. 1-9, 2010. Rio Grande-RS, *Anais [...]*. Rio Grande: NAU-FURG, 2010.

SOUZA NETO, G. *O Estado e sociedade em ação: produção espacial pelas políticas de turismo em Aracati-CE*. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

RESUMO

A gestão do turismo de base comunitária (TBC) é, via de regra, voltada ao atendimento das demandas e necessidades da comunidade receptora. No Cumbe, uma comunidade tradicional quilombola no estado do Ceará, uma das principais necessidades é a defesa das terras frente à chegada de grandes empreendimentos. Portanto, o TBC na comunidade foi construído de modo a fortalecer os movimentos de resistência territorial por meio da valorização do patrimônio material e imaterial do Cumbe e da visibilidade do conflito fundiário. Com isso, o TBC no Cumbe destaca a necessidade da manutenção das terras apropriadas pelos empreendimentos para o modo de vida tradicional da comunidade e atrai pessoas e coletivos que auxiliam o movimento de resistência por meio de protestos, mobilizações em redes sociais, trabalhos científicos e projetos audiovisuais. Ao fortalecer os movimentos de resistência, o TBC representa mais que uma forma alternativa de turismo e se transforma em um instrumento político.

PALAVRAS-CHAVE

Defesa territorial. Comunidade remanescente de quilombos. Conflitos fundiários. Comunidade Tradicional Quilombola do Cumbe. Turismo de base comunitária.

ABSTRACT

The management of community-based tourism (CBT) meets the demands and needs of the receiving community. Cumbe is a traditional quilombola community in the state of Ceará, Brazil. One of the main needs of this community is the defense of lands that were appropriated by large enterprises. Therefore, community-based tourism aims to strengthen territorial resistance movements through the valorization of Cumbe's material and immaterial heritage and the visibility of the conflict. In this regard, tourism in Cumbe highlights the need to maintain the community's own territory and to continue the traditional way of life. It also attracts people and groups that help the resistance movement through protests, mobilizations on social networks, scientific works and audiovisual projects. By strengthening resistance movements, the CBT represents more than an alternative form of tourism and becomes a political instrument.

KEYWORDS

Territorial defense. Remnant community of quilombos. Land conflicts. Traditional Quilombola Community of Cumbe. Community-based tourism.

Recebido em: 15/06/2021

Aprovado em: 22/04/2022